Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmos. Vereadores

Senhoras e senhores deputados Municipais

A apresentação a V. Exas. do plano de orçamento para 2014 é, desde já, para este executivo e para equipa que tenho a honra de liderar, um sinal claro da nossa vontade e determinação em "arregaçar mangas" e trabalhar em prol dos Fafenses.

Ao sermos das últimas câmaras em Portugal a tomar posse, fruto dos atrasos que todos conhecemos, optámos firmemente por não deixar refletir na gestão autárquica e na vida dos fafenses esse mesmo atraso, governando em duodécimos até ao limite do tempo que teríamos, para apresentar o Orçamento, ou seja, em Fevereiro de 2014.

Considero que o Município deve começar desde o primeiro dia do ano a trabalhar, tendo por base um orçamento e um plano que nos oriente.

Apesar da opção política em fazer já o plano e orçamento e o submeter à apreciação de V. Exas, temos de reconhecer que o mesmo foi feito em tempo recorde.

Este será portanto, um ano zero em termos orçamentais, que honrará os compromissos assumidos pelo anterior executivo, sem deixar de implementar novas ações e que servirá de ponto de partida para os futuros orçamentos.

Este é um Plano e Orçamento que mantém o equilíbrio financeiro que tem sido apanágio da autarquia nos últimos anos. Seremos rigorosos, solidários, atentos mas atuantes.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmos. Vereadores

Senhoras e senhores deputados Municipais

Os tempos que vivemos são de uma enorme complexidade. Cada vez temos menos recursos e cada vez mais gente a necessitar de ajuda.

Estou consciente das limitações pela qual passam as autarquias, hoje em dia, e Fafe não é exceção.

Apesar da crise, da austeridade ou da troika não farei dos tempos que vivemos uma desculpa para não fazer, ou fazer menos. Faremos certamente diferente.

Este já não é o tempo das grandes obras materiais, mas continuaremos atentos às oportunidades que surjam, nomeadamente ao nível dos fundos europeus, para dotar o concelho dos equipamentos que consideramos fundamentais para o bem-estar da nossa população.

Vamos, neste ano zero, concretizar as obras que se encontram lançadas e que não estão ainda concluídas ou iniciadas, de que são exemplo:

- o Centro Educativo Montelongo;

- a construção do Quartel da GNR, cuja adenda do contrato de financiamento foi recentemente assinada;

- a conclusão da feira que será uma realidade em meados do início do ano.

Continuaremos a investir no Saneamento e na distribuição de água e na Viação Rural.

Mas, além destas e outras obras materiais, haverá algum investimento, que classifico de essencial, que representa um nosso compromisso de prestar toda a atenção aos problemas concretos das pessoas do nosso concelho, lançando um conjunto de medidas novas na área da ação social.

Manteremos todas as políticas sociais já implementadas, como a reabilitação de casas degradadas para famílias carenciadas, o programa ser solidário e outros e desenvolveremos ainda novas ações que vão de encontro às novas necessidades, a uma nova realidade que tem como objetivo uma resposta adequada e concertada para os novos problemas que os nossos cidadãos enfrentam diariamente.

Este Plano e Orçamento reflete por isso, uma forte preocupação social, dando espaço para o aparecimento de novas ações na área da habitação, educação, apoio aos idosos e cuidadores de grandes dependentes.

Também o emprego, nos merece toda a atenção, através de intervenção ativa na criação de emprego, principalmente dirigido aos jovens desempregados e aos "novos velhos", trabalhando em parceria com o Centro de Emprego e com as IPSS do Concelho.

Aproveito para lembrar as políticas de apoio ao empresário e investidor com a aposta na criação de um gabinete autárquico de apoio e o estreitamento das relações com as suas associações.

Mantemos o esforço financeiro na área da educação, porque é ajudando as novas gerações que estamos a assegurar o nosso futuro.

E o futuro passa também pela dinamização do território onde o Turismo e a Cultura são dois alicerces fundamentais, que com este executivo vão trabalhar lado a lado numa perspetiva de potenciação da nossa terra. Iremos aqui introduzir novas políticas e novas dinâmicas.

Mesmo com os cortes financeiros que o Município de Fafe tem sofrido por parte do Estado Central, que só este ano foi na ordem de 1 milhão de euros, iremos em 2014 manter o mais possível os protocolos para todas as juntas de freguesia do concelho.

Iremos no primeiro semestre do próximo ano rever e reavaliar detalhadamente todos os contratos, protocolos e subsídios do município numa política de rigor, equidade e gestão racional dos dinheiros público de modo a serem refletidos no orçamento de 2015.

Este Plano e Orçamento é não apenas um instrumento de gestão, mas também de planeamento, tendo em vista "pensar o futuro", e desejo que no próximo ano tenhamos já reunidas todas as condições para honrar o compromisso já assumido de implementar o Orçamento Participativo como ferramenta de politica de proximidade.

Em súmula, em 2014,com este Plano e Orçamento que submeto à apreciação de V. Exas., procuramos, na medida da nossa possibilidade, honrar todos os compromissos, desenvolveremos novas ações e iniciaremos em 2014 um processo de transformação das políticas municipais, ajustado à nova realidade nacional e local, na esperança de não defraudar as expectativas dos fafenses e de contribuir para o desenvolvimento da nossa terra.

Fafe 14 de dezembro de 2013

O Presidente da Câmara,

(Raúl Cunha, Dr.)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhores Vereadores
Senhores Deputados Municipais

Cumprindo o estipulado nas alíneas a) e c) do n.º 1 do art.º. 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submeto à vossa aprovação, as Opções do Plano e Orçamento da Câmara para o ano de 2014, elaborado em conformidade com o decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro - POCAL e decreto-lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro.

Solicito ainda a Vossa aprovação para:

1- Autorizar a Câmara Municipal a celebrar e denunciar os contratos de delegação de competências e de acordos de execução nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, sempre que, por motivos de economia de recursos ou outros, tal se justifica;

2- Fixar, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) art.º. 112, n.º 1 alínea c) as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2014 – (a liquidar em 2015) em 0,3% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, aplicando a taxa prevista na alínea a) do referido artigo para os prédios rústicos;

3- Fixar nos termos do art. 18º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, uma derrama para 2014 de 1,5% e fixar em 1% a taxa dessa derrama para as situações previstas no nº 4 do art. 18º da referida lei (sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse 150.000 €);

4- Fixar, nos termos da alínea b), do art.º. 106, da Lei n.º 5/2004 de 10 de Janeiro a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) em 0,25% para o ano de 2014.

5- Fixar, nos termos do art.º 26 da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, em 3%, a participação variável do Município no IRS a liquidar em 2015, sobre os rendimentos dos munícipes de 2014.

6.1 Dar autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos:

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das grandes opções do Plano;

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

6.2 Que na sequência do pedido de autorização prévia formulado referido no número anterior, seja igualmente autorizada a delegação no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais.

6.3 Que delibere ainda que a Câmara Municipal, com a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo Órgão Deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta.

Paços do Município de Fafe, 12 de Dezembro de 2013

O Presidente da Câmara,

(Raul Cunha, Dr.)